

Conversas sobre a Desigualdade Social no Brasil

Tatiana Papa Pimenta Quites ¹

Resumo

Este artigo busca discutir sobre a desigualdade social brasileira, fazendo uma interlocução com alguns teóricos como, Karl Marx, Rosseau, Weber e Durkheim. Apresenta algumas ações afirmativas retratadas através de projetos sociais do governo brasileiro mostrando as consequências em torno da educação. Reflete-se um pouco sobre as classes sociais e as algumas das consequências que as mesmas sofrem por causa da desigualdade e da pobreza.

Palavras-Chave: Desigualdade social, pobreza, programas sociais e educação.

A atual sociedade é totalmente capitalista, o que torna o mundo desigual, principalmente no fator economia. Atualmente, os principais problemas sociais que atingem a maioria dos países são a pobreza e a desigualdade social.

A pobreza é um fenômeno que infelizmente está presente em todos os países, em alguns atinge quase toda a população e em outros atinge boa parte da sociedade. A pobreza, talvez, seja a que mais demonstre a desigualdade social, uma vez que é a primeira consequência identificada entre os que possuem as melhores condições financeiras e os que não possuem nada.

E a desigualdade social incide principalmente em países ainda não desenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, tendo diversas proporções e dimensões, sendo desencadeada, entre várias causas, sendo algumas delas, a desigualdade de gênero, de raça, de escolaridade, sendo uma das principais, a má distribuição de renda em uma população, onde uma minoria detém o poder dos recursos econômicos, e o melhor acesso educacional, social de segurança e saúde tendo em contrapartida, uma maioria populacional, pouco acesso a todos esses direitos sociais.

O Brasil, apesar dos grandes avanços e de várias ações afirmativas² e de ser um país com uma riqueza ímpar em recursos naturais e estar entre os dez países do mundo com o PIB mais alto, possui, uma das maiores desigualdades sociais do mundo, tendo uma postura muito injusta com relação à distribuição de recursos e de acessos sociais básicos,

¹ Mestranda da Universidad de La Matanza, Buenos Aires, Argentina. Especialista em Educação Inclusiva pela Fundação João Pinheiro. Email: tatianaquites@gmail.com.br

² Na ausência de um consenso na sociedade brasileira sobre qual o melhor termo a ser utilizado, falaremos em "ações afirmativas" no intuito de indicar a diversidade de propostas existentes atualmente no país. Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado. (GTI, 1997; Santos, 1999; Santos, 2002).

apresentando uma parte grande da população muito pobre, estando desta forma, como o oitavo país com maiores índices de desigualdades sociais. De acordo com Guimarães (1999):

“ações afirmativas não dispensam, mas exigem, uma política mais ampla de igualdade de oportunidades implementada conjuntamente, já que as ações afirmativas são políticas restritas e limitadas, uma exceção utilizada apenas naqueles locais em que o acesso de um grupo é comprovadamente inadequado.”

É importante entender que a desigualdade social gera um leque de outros tipos de desigualdades oriundas a partir da desigualdade econômica, como desigualdades raciais, educacionais, pobreza, falta de moradias, segurança pública e desemprego.

Alguns pesquisadores brasileiros que estudam sobre a desigualdade social, abordam que a persistência da desigualdade social brasileira se deve a alguns fatores que advém do Brasil colônia, porém, em especial a mídia televisiva, que produz e reproduz uma ideia de desigualdade, e as pessoas do senso comum compram esta ideia já formatada. Contudo, a desigualdade social no Brasil tem sido percebida nas últimas décadas, não como herança pré-moderna, mas sim, como resultado do efetivo processo de modernização, que teve início a partir do século XIX.

O Brasil teve um excelente desenvolvimento econômico e juntamente com este, cresceu a miséria, as diferenças sociais como educação, renda, saúde, violência, desemprego e a fome, que atinge milhões de brasileiros e resulta em desnutrição e mortalidade infantil. Isto se deve porque o dinheiro fica concentrado na mão de poucos enquanto a maioria da sociedade não possuem condições de suprir as necessidades básicas.

Apresentado em um relatório das Organizações das Nações Unidas – ONU, de julho de 2010, o Brasil tem o terceiro pior índice de desigualdade do mundo, no que diz respeito as diferenças econômicas, estando somente atrás de países menores e menos ricos como por exemplo o Haiti, Camarões, Tailândia, Madagascar e África do Sul. A ONU, nesse estudo, aborda como principais causas de tanta diferença social são os baixos salários, uma política fiscal com muitos erros e corrupção, as dificuldades da população em usufruir dos serviços básicos oferecidos pelo governo como, por exemplo, saúde, transporte público e saneamento básico, além de uma educação pública com inúmeras falhas.

De acordo com Rousseau (1754), um grande pensador e filósofo, a desigualdade tende aumentar. Ele abordou em uma de suas obras *“Discurso sobre a origem da desigualdade”*, onde o homem pescava, caçava para se alimentar, mas não vivia em sociedade, e nem tinha a promoção da maldade. Com o tempo, o homem, construiu moradias umas perto das outras e passou a constituir em famílias e comunidades, com isso, viver em sociedade. A partir daí, de acordo com Rousseau surgiu os princípios de propriedade, dividindo em homens ricos, pobres e muito pobres, surgindo os governos, tendo os homens que governam e os são governados, além de ter separado os homens em donos, senhores e os escravos. Rousseau (1754):

“ a desigualdade social se divide em dois tipos, tendo a desigualdade física ou natural, que é estabelecida por fatores como força física, idade, condições de saúde e até mesmo a qualidade de espírito do indivíduo; e a

desigualdade moral e política, uma espécie de senso comum entre a sociedade, que uma convenção autorizada e consentida pela maioria das pessoas.”

Um dos principais desafios do governo brasileiro e dos demais países que estão no mesmo patamar de desigualdade social, seria o de promover de forma digna a qualquer cidadão, o direito de viver dignamente, tendo acesso a uma educação e saúde de excelente qualidade, além de moradia, segurança, acesso ao mercado de trabalho, etc. De acordo com DIAS (1998:25):

“o que se deve atentar não é à igualdade perante a lei, mas o direito à igualdade mediante a eliminação das desigualdades, o que impõe que se estabeleçam diferenciações específicas como única forma de dar efetividade ao preceito isonômico consagrado na Constituição. A consagração da igualdade advém necessariamente do combate às desigualdades, que tem como artilharia principal a "positive discrimination", deixando patente que a realidade fática é muito dispare da realidade jurídica.”

Algumas teorias surgiram no século XIX abordando sobre a desigualdade social, tendo entre elas as teorias de Karl Marx, que discute sobre o conhecimento de liberdade (esta baseada na liberdade de comprar e vender) e igualdade do pensamento. Tendo ainda, uma teoria que foi muito criticada, foi a igualdade jurídica, cuja base era as necessidades advindas do capitalismo. Marx criticava o liberalismo uma vez que somente os interesse de parte da sociedade era expressos. De acordo com Marx:

“ a desigualdade social era um fenômeno causado pela divisão de classes e que por haverem, nessas divisões, classes dominantes, estas se utilizavam da miséria gerada pela desigualdade social como instrumento de manter o domínio estabelecido sobre as classes dominadas, numa espécie de ciclo.”

Desta forma, Marx pondera que as desigualdades sociais são como fruto de um conjunto de relações onde a dominação é uma das origens das desigualdades que são geradas de um sistema social, onde uma classe manda e detém do poder e a outra produz e obedece. Sendo desta forma, segundo ele, as desigualdades produto das relações sociais, políticas, culturais, mostrando que não são somente econômicas, mas desigualdades em vários setores.

De acordo com Rousseau, 1989, pag 195:

“Unamo-nos para defender os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada um a posse daquilo que lhe pertence, instituamos regulamentos de justiça e de paz, aos quais todos sejam obrigados a conformar-se, que não abram exceção para ninguém e que, submetendo igualmente a deveres mútuos o poderoso e o fraco, reparem de certo modo os caprichos da fortuna.”

Uma das teorias importantes a serem estudadas é a de Weber que aborda sobre desigualdades sociais como efeitos das ações estratégicas dos atores sociais, uma vez que as desigualdades são derivadas das ações que são coletivas em alguns momentos e individuais em outros.

A maneira de Weber de olhar a sociedade oferece uma forte diferença com a abordagem de Durkheim, uma vez que Weber concebe a sociedade como algo resultante pela luta do

poder entre classes, grupos e categorias sociais em três planos: econômico, social e político. Além disso, a exclusão social para Weber provoca a discriminação e até mesmo a eliminação de pessoas, criando desta forma a formação de grupos sociais, econômicos e políticos.

Weber tem uma visão oposta a Durkheim porque acredita que o poder assume como uma característica central de conduta social, segundo o qual a Ciência devia explicar o fenômeno social a partir da investigação do comportamento subjetivo, que vincula o indivíduo a seus atos. Sem negar a importância dos fatores materiais, defendidos por Marx, nem o conhecimento de fatos sociais externos aos indivíduos, defendida por Durkheim, ele alertava para que deveríamos olhar para as ideias, dando ênfase, para os significados que conferimos às coisas e para a função das mudanças nas ideias que contribuem para a sociedade e para as transformações sociais.

Reflete-se um pouco sobre as classes sociais, percebe-se que estas mostram as desigualdades de uma sociedade capitalista, sendo que cada organização social estabelece as desigualdades, os privilégios e as desvantagens entre os indivíduos. A predominância de uma classe sobre as outras, se funda também no quadro das práticas sociais, pois as relações sociais capitalistas alicerçam a dominação econômica, cultural, ideológica, política.

As classes sociais estão inseridas em um grupo desfavorável, que estão em constante luta, em busca de usufruir dos seus direitos básicos de sobrevivência previstos na legislação. A posição de miséria, as diferenças gritantes sociais, e exagerada concentração de dinheiro para uma pequena parcela social tendo em contrapartida os baixos salários e o desemprego, ocasionando fome, desnutrição, mortalidade, marginalidade, violência são expressões do grau a que chegaram as desigualdades sociais no Brasil.

O Brasil obteve um avanço industrial, mas o subdesenvolvimento continuou e avançou na mesma proporção, justificando tal fato pelo acúmulo das riquezas nas mãos da minoria, o que não resolveu os problemas sociais, e muito menos acabou com a pobreza. O setor informal é outro fator indicador de condições de reprodução capitalista no Brasil. Os vendedores ambulantes são trabalhadores que não estão regulamentados, mas que revelam a especificidade e desigualdade da economia brasileira e de seu desenvolvimento industrial, uma vez, que se apresentam em grande número a nível nacional.

As desigualdades sociais são enormes, e os custos que a maioria da população tem de pagar são muito altos. Do ponto de vista político, o avanço do desenvolvimento econômico só favoreceu alguns setores, e não levando em conta os reais problemas da população. A pobreza do povo brasileiro aumentou assustadoramente, e a população pobre tornou-se mais miserável do que era, sendo representada em milhões de pessoas que vivem na pobreza absoluta que sobrevivem apenas com 1/4 de salário mínimo no máximo, apresentando uma realidade de mais da metade da população brasileira que não possuiu recursos para a sobrevivência básica. Tendo ainda, um número considerável de pessoas desempregadas que vivem em condições mais precárias ainda do que a dos assalariados.

Contudo, no Brasil, há uma população muito rica, porém, ocupa somente 4% da população. O que comprova a concentração de renda nas mãos de pouquíssimas pessoas.

Uma questão surge diante dos dados aqui representados, se o Brasil é considerado um país com uma riqueza em ascensão, porque a desigualdade cresce na mesma proporção? Tem-se como consequências desta desigualdade a violência, a pobreza, a prostituição, os racismos, o alto consumo de drogas, o aumento de criminalidade e homicídios e o baixíssimo índice de escolaridade. A questão é que não se está abordando sobre um pequeno grupo de pessoas e sim milhões de pessoas que sofrem e ou que são atores de tais consequências.

De acordo com DWORKIN (1999:492) se faz importante que exista vários projetos de apoio social, para que as desigualdades sejam extintas, afirmando que *é uma atitude contestadora que torna todo cidadão responsável por imaginar quais são os compromissos públicos de sua sociedade com os princípios, e o que tais compromissos exigem a cada nova circunstância, o que induz a entender que a posição de certo ou errado irá ficar na pendência da situação concreta.*

O Brasil possui políticas públicas que visam extinguir a pobreza e a desigualdade social, contudo, a pobreza não significa um déficit financeiro, mas como déficit de bem-estar e, neste sentido, cerca de 40% da população brasileira vive ainda em condições precárias de moradia e com pouquíssimo acesso aos direitos básicos de um cidadão previsto na legislação brasileira.

Vejamos alguns projetos, que foram encontrados através pesquisas nos sites do Governo Brasileiros, que ocupam um papel de ações afirmativas em busca da redução das desigualdades sociais, tendo como foco a educação:

Minha Casa Minha Vida ³

Este programa busca atender às famílias que ainda não possuem uma casa própria. Somente tem direito a participar do financiamento famílias que ganham até dez salários mínimos. O financiamento é oferecido pela Caixa Econômica Federal e provém de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Bolsa-Alimentação ⁴

Programa de transferência de renda a famílias carentes para combater a mortalidade infantil e a desnutrição. A partir do Programa Bolsa-Família, os beneficiários começaram a ser integrados ao programa unificado. Destinado à crianças com idade de 0 a 6 anos, gestantes e nutrízes de famílias com renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo. O repasse é de R\$ 15 por beneficiário, podendo ter até três beneficiários por família.

Bolsa-Escola ⁵

Programa de transferência de renda a famílias carentes para combater a evasão escolar e o trabalho infantil. A partir de outubro de 2003, com o lançamento do Programa Bolsa-Família, os beneficiários começaram a ser integrados ao programa unificado. Destinado à crianças de 7 a 14 anos com renda familiar mensal per capita inferior a R\$ 90. O repasse é de R\$ 15 por beneficiário, podendo ter até 3 beneficiários por família.

Cartão Alimentação ⁶

Programa de transferência de renda a famílias carentes em situação de insegurança alimentar. Com o lançamento do Programa Bolsa-Família, os beneficiários começaram a ser integrados ao programa unificado.

Auxílio-Gás⁷

Programa de transferência de renda a famílias carentes, foi criado em 2002. É destinado à famílias de baixa renda. O repasse de R\$ 7,50 mensais por família e o recurso é pago bimestralmente, em parcelas de R\$ 15,00.

Programa Bolsa Família⁸

Desenvolvido pelo Governo Federal no ano de 2003 com a finalidade de operar juntamente com outro programa, o Fome Zero. Ao Programa Bolsa Família, foi integrado outros programas federais como o Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio Gás e Bolsa Alimentação. Este programa tem como objetivo para amparar as famílias que se encontram em situação de pobreza, possuindo renda mensal por pessoa cerca de R\$ 60,01 a R\$ 137,00 e a situação de extrema pobreza com renda mensal por pessoa de até R\$ 69,00, buscando desta forma a garantia do direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde por meio de transferência direta de verba à família, sob a condição de que estas famílias mantenham seus filhos na escola e vacinados. Um dos principais requisitos para receber o Bolsa Família é de se comprometer a manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e cumprir os cuidados básicos em saúde, ou seja, o calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal.

Restaurantes Populares⁹

Busca oferecer à população de baixa renda refeições de qualidade a partir de um cardápio variado. Cada restaurante disponibiliza uma quantidade de refeições diárias, que são servidas até que se encerre a cota do dia e com um valor baixo. Atualmente, o valor da refeição é de R\$ 1,00.

Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social – BPC¹⁰

É um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, consistindo em um pagamento mensal de um salário mínimo a idosos com mais de 65 anos de idade e a pessoas com deficiência, de qualquer idade, que comprovem ter renda per capita inferior a 1/4 de salário mínimo. Sendo necessário fazer uma reavaliação a cada dois anos.

Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Sentinela¹¹

Atendimento social especializado a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)¹²

Tem por objetivo retirar crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos de idade do trabalho infantil considerado perigoso. O Peti concede bolsas mensais - que chegam a R\$ 40 - para que a criança ou adolescente frequente a escola. E promove atividades culturais e esportivas, artísticas e de lazer em período complementar.

Renda Mensal Vitalícia ou Benefício de Prestação Continuada¹³

Garantia de um salário mínimo mensal a pessoas idosas e pessoas com deficiência. O benefício de Renda Mensal Vitalícia (RMV), instituído pela Lei nº 6.179/74, prevê a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso. Destinado à pessoas com mais de 70 anos de idade e as pessoas com Deficiência sem meios de subsistência próprios nem amparo, sendo repassado um salário mínimo por mês.

Luz para Todos¹⁴

Este programa foi criado para levar energia elétrica a 10 milhões de brasileiros residentes no meio rural e dessa forma universalizar o acesso a energia a todas as pessoas.

Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos¹⁵

O programa é voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. É uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade e para combater o analfabetismo. É articulado à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e tem por objetivo ainda fortalecer políticas que estimulem a continuidade nos estudos e a reinserção nos sistemas de ensino. Para o fortalecimento as ações do Programa Brasil Alfabetizado, os alunos contam com o Programa Nacional do Livro Didático de Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA). Por meio da adesão a este programa, a instituição parceira recebe livros para serem utilizados nas turmas de alfabetização. Há ainda a Coleção Literatura Para Todos, que é uma estratégia que procura democratizar o acesso à leitura para jovens, adultos e idosos recém alfabetizados, chamados de neoleitores.

ProUni Programa Universidade para Todos¹⁶

Programa Universidade para Todos tem por objetivo permitir o acesso de jovens de baixa renda à educação superior, por meio da concessão de bolsas de estudo, integrais ou parciais. Os beneficiados são estudantes de cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. As instituições precisam aderir ao programa e recebem, em contrapartida, isenção de alguns tributos. Os critérios de seleção são os resultados dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o perfil socioeconômico.

Brasil sem Miséria¹⁷

É um programa social do governo federal brasileiro, criado em junho de 2011, o programa tem como objetivo retirar da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas que vivem com menos de R\$ 70 por mês. O Brasil sem Miséria consiste na ampliação do programa anterior de combate conhecido por Bolsa Família. Projetado como programa social de larga escala em fase de pré-implantação, o Brasil sem Miséria pretende promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tendo por meta reduzir drasticamente seus números - algo que não teria sido alcançado plenamente pelos programas anteriores. O Plano Brasil Sem Miséria atua em três eixos, sendo eles o acesso a Serviços (Área da Educação, Saúde, Assistência Social e Segurança Alimentar), a garantia de Renda (Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada) e a inclusão Produtiva (Rural e Urbana).

Bolsa crack¹⁸

É um programa que visa atender famílias com parentes dependentes de crack com o objetivo de custear a internação do usuário em clínicas particulares especializadas. A ideia é ampliar a rede de tratamento para dependentes e, principalmente, a oferta de vagas para internar usuários.

Brasil Sorridente¹⁹

A implementação do programa Brasil Sorridente tem o objetivo de universalizar o acesso à saúde bucal, com o avanço na melhoria da organização do sistema de saúde como um todo. A ação propõe garantir as ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal dos brasileiros.

Bolsa-Atleta²⁰

O Bolsa-Atleta é um programa que visa garantir a manutenção pessoal aos atletas de alto rendimento que não possuem patrocínio. Com isso, busca-se dar as condições necessárias para que se dediquem ao treinamento esportivo e possam participar de competições que permitam o desenvolvimento de suas carreiras. O valor do benefício mensal varia de R\$ 370,00, para atletas estudantes, a R\$ 3.100,00, para esportistas olímpicos e paraolímpicos.

Volta para Casa²¹

É um programa do Ministério da Saúde voltado à reintegração social de pessoas com história de longa internação hospitalar por razões psiquiátricas. O benefício concedido é de R\$ 320,00 mensais, pago por um ano.

Programa de Aceleração do Crescimento (mais conhecido como PAC)²²

É um programa que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas com objetivo de acelerar o crescimento econômico do Brasil, sendo uma de suas prioridades o investimento como saneamento, habitação, transporte, energia recursos hídricos, entre outros. É também um instrumento de inclusão social e de redução das desigualdades regionais. Suas ações e obras geram empregos que garantem renda e consumo para milhares de trabalhadores e suas famílias.

Mais Educação²³

Conhecido como “escola em tempo integral”, oferta ações educativas nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em campos, como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educação científica e educação econômica. O governo federal repassa recursos para ressarcimento de monitores, materiais de consumo e de apoio segundo as atividades. As escolas beneficiárias também recebem conjuntos de instrumentos musicais e rádio escolar, dentre outros.

Olhar Brasil²⁴

Identifica problemas visuais em alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental (1º ao 9º ano) e no programa Brasil Alfabetizado (população de 15 a 59 anos). Presta assistência oftalmológica, fornecer óculos quando necessário e inclui na rotina assistencial e na Política de Cirurgias Eletivas os idosos não alfabetizados.

Distribuição de Medicamentos²⁵

Também conhecido como “Aqui tem Farmácia Popular”, oferece medicamentos gratuitos para diabetes e hipertensão e outros com desconto para asma, rinite, mal de *Parkinson*, osteoporose, glaucoma, contraceptivos e fraldas geriátricas.

Rede Cegonha²⁶

Conjunto de medidas para garantir, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), atendimento adequado, seguro e humanizado para as mulheres desde a confirmação da gravidez, passando pelo pré-natal e o parto, até os dois primeiros anos de vida do bebê. As medidas incluem assistência obstétrica com foco na gravidez, no parto e pós-parto e assistência infantil (às crianças).

Saúde na Escola²⁷

O objetivo de promover a saúde dos alunos brasileiros de escolas públicas. As equipes desenvolvem ações junto às escolas da sua área de cobertura, através da promoção de hábitos saudáveis e cultura de paz, prevenção da toxicodependência e alcoolismo, educação sexual e diagnóstico precoce de problemas de saúde que comprometam o desempenho escolar e o desenvolvimento adequado das crianças e jovens.

CRAS Centro de Referência da Assistência Social²⁸

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é a unidade pública municipal da assistência social, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social. Nela, há a prestação de serviços socioassistenciais, como cadastramento e acompanhamento das famílias, e acesso a programas de transferência de renda, entre outros. É preferencialmente a porta de acesso aos serviços e programas de Assistência Social.

CREAS Centro de Referência Especializado da Assistência Social²⁹

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) é a unidade pública e estatal da assistência social que coordena e oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos com direitos violados. Podem ter abrangência municipal ou regional, proteção a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e atendimento a idosos, pessoas com deficiência, famílias e indivíduos que tenham sofrido violência física, psicológica, sexual (abuso e/ou exploração sexual), indivíduos egressos de situação de tráfico de pessoas, em situação de rua e mendicância ou abandono, trabalho infantil ou outras formas de violação de direitos.

Auxílio-reclusão³⁰

É um benefício dado aos dependentes do segurado recolhido à prisão, durante o período em que estiver preso sob regime fechado ou semi-aberto. Sendo o valor do benefício de R\$ 971,78

Lei de cotas nas universidades públicas³¹

Lei nº 12,711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. E as demais 50% das vagas permanecem para a ampla concorrência.

Percebe-se com tantos projetos que a pobreza no Brasil foi medida, estudada, verificada, comprovada e com isso, resultou-se em milhares de programas em busca de reduzi-las porém, os mesmos não atingem milhões de pessoas consideradas indigentes que ocupam um lugar de miseráveis e não se discute o excesso de riqueza dos poucos e a extrema pobreza de grande parte da população. Enquanto essa diferença for aceita como algo normal, tanto pelas pessoas ricas com pelas pobres, os programas de combate à desigualdade social continuarão sendo algo sem muito fundamento, isto porque esses programas não afetam a riqueza dos ricos e além de prejudicarem de certa forma a ascensão social de quem precisa.

A questão é que se criou vários projetos e programas sociais em busca de extinguir a desigualdade social, dando acesso aos beneficiários à coisas que jamais eles imaginariam ter, porém, os fazem cada vez mais dependentes sem perceber.

É sério, na verdade, é muito grave. São projetos que possuem toda uma capa de apoio, mas com um recheio de dependência. Uma melhor explicação desta afirmativa esta em alguns programas sociais, como por exemplo, o *Bolsa família*, *Bolsa escola* e *Olhar Brasil*, *Mais educação*, cuja uma das finalidades é garantir a frequência e adolescentes na escola. A família recebe um pouco mais do que um salário mínimo e as crianças ficam o dia todo, na escola, recebendo alimentação, material escolar, uniforme completo sendo encaminhadas para atendimentos médicos, recebendo óculos, medicamentos etc. qual o problema? A família não acompanha e não participa das obrigações que a ela compete. Muitas pessoas

3,15,16,23,27,31

informações disponíveis em <http://portal.mec.gov.br>

17,18,19,24,25,26,27

informações disponíveis em www.saude.gov.br

3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14, 20, 21,22,28,29,30

informações disponíveis em <http://www.brasil.gov.br>

3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14

informações disponíveis em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>

beneficiadas pelos programas sociais, não trabalham, nas comunidades, há muitos desempregados com salários muito mais altos do que muitos trabalhadores assalariados. Temos assim, uma sociedade sendo construída através de benefícios governamentais, onde os responsáveis não trabalham, tendo desta forma, as crianças dessas famílias um exemplo de que receber benefícios é melhor do que trabalhar. Vários relatos de crianças de 9 anos de idade nos revelam o outro lado dos benefícios, quando afirmam estar esperando terem 14, 15 anos para engravidar e entrar nos programas sociais como recebedores dos benefícios e não os dependentes.

A abordagem aqui não é contrária aos programas, porém, os mesmos precisam levar aos beneficiários uma vida mais ativa, através de produções de trabalho e a busca por salários melhores. Se uma mãe tiver três filhos matriculados em escolas públicas e o marido preso, tem por baixo através dos programas acima citados atualmente, um benefício total de quase mil e quinhentos reais, em um país que o salário mínimo está em torno dos seiscentos e cinquenta reais.

O programa saúde na escola poderia ter efeito positivo, sendo a escola como mediadora e não como responsável pela saúde da criança. As consequências são pais que não dão aos filhos os medicamentos porque não entendem a real necessidade, uma vez que não participaram da consulta médica, óculos que são guardados ou não possuem cuidados corretos e assim se segue.

Podemos desta forma, concluir que as desigualdades sociais são meros efeitos das ações estratégicas dos atores sociais. As desigualdades sociais não são resultados dos lugares ocupados nos processos produtivos (Marx) e na divisão social do trabalho (Durkheim), mas como derivadas das ações coletivas ou individuais dos atores sociais. Esta óptica dá mais importância ao lado interativo e organizacional.

O governo tem responsabilidade social para construção de uma sociedade mais justa, porém, apresenta contradições ao reproduzir as desigualdades. Nessa perspectiva, é necessária a construção de novos conceitos que possibilitem a inclusão de todos de forma correta e com uma prática cotidiana. O Brasil precisa ter um horizonte, antes de tudo, garantir a toda população o direito de ter uma educação de qualidade, desde a educação infantil até ao ensino superior, acabando com a desigualdade social, refletindo na qualidade com que se é aplicada a metodologia e as condições de espaço e estrutura física a determinadas camadas da população, acabando com déficit no aprendizado e na qualidade em que se é transmitido o conhecimento a quem aprende.

A precariedade nos sistemas educacionais brasileiros seja na educação básica ou no ensino superior, pode ter explicação em diversos fenômenos gerados pela desigualdade social, como má gestão pública de recursos financeiros, falta de interesse da população em se buscar um ensino de qualidade, uma vez que, diante da pobreza, o que tem maior foco são os benefícios dados pelo governo e não a qualidade escolar e o quanto ela contribuiu para a ampliação da desigualdade.

A consequência principal é a falta de ingresso na universidade pela grande maioria da sociedade. A educação pública básica é falha, o ensino médio busca sanar os déficits do ensino fundamental e a permanência na universidade fica impossível, uma vez que o

sistema de ingresso brasileiro atualmente não é mais classificatório e sim em busca de verificar se o candidato tem competências básicas para um pleno desenvolvimento ao decorrer do curso acadêmico. Tem-se agora, um novo programa do governo brasileiro, em busca de atender as carências e as falhas do ensino básico público, dando a garantia de 50% das vagas para alunos oriundos do ensino médio público. Porém, estes acabam evadindo da universidade uma vez que a promoção da desigualdade social somente aumenta, pois há um grupo de alunos oriundos de escolas particulares de referência que conseguem se sustentar na universidade, contra uma parcela de alunos ingressos somente para camuflar as deficiências do sistema público.

Em relação aos temas aqui discutidos, faz-se necessário uma nova estrutura de políticas públicas e ações afirmativas que englobam-se educação (em todos os níveis, incluindo o superior), saúde, assistência social, transferência e redistribuição de renda, direitos humanos, abastecimento e segurança alimentar, geração de trabalho e renda, segurança pública, cultura, lazer, esporte, políticas agrária e agropecuária, meio ambiente, inclusão digital, visando a igualdade de gênero, étnico-racial e a liberdade de orientação sexual e religiosa, e de uso dos direitos enquanto cidadão.

O principal desafio do governo brasileiro é de promover o direito a todos os cidadãos de terem uma vida digna, tendo uma verdadeira participação da renda de seu país através da educação e de oportunidade no mercado de trabalho e, em situações emergenciais, receber dos governos benefícios sociais complementares até a estabilização de seu nível social e meios próprio de sustento, tendo como garantia ter uma formação superior com qualidade e dignidade. Mas, isso é somente um sonho.... que um dia, quem sabe pode se tornar realidade.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Projetos sociais área da saúde. Disponível em:
http://dab.saude.gov.br/CNSB/brasil_sorridente.php. Acesso em Junho de 2013

BRASIL. Projetos sociais. Disponível em:
<http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/brasil-sem-miseria/acesso-a-servicos/brasil-sorridente>. Acesso em Junho de 2013

BRASIL. Projetos sociais. Disponível em:
<http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/brasil-sem-miseria/> Acesso em Junho de 2013

BRASIL. Projetos educacionais. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12280&option=com_content&view=article
Acesso em Junho de 2013

BARROS, R.P; CARVALHO, M; FRANCO E MENDONÇA, R. **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil**. Texto para Discussão nº 1258. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

DEMO, P. **Pobreza política**. Campinas: Autores Associados, 2001

GUIMARÃES, A. S. A. **A Desigualdade que anula a desigualdade**: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p.233-242.

IPEA. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Nota Técnica, no. 9, Brasília, 2007. Disponível em: [ttp://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/notastecnicas/notatecnica9va.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/notastecnicas/notatecnica9va.pdf). Acesso em junho de 2013

MARTINS, S. da S. **Ação afirmativa e desigualdade racial no Brasil**. *Estudos Feministas*. IFCS/UFRJ-PPCIS/Uerj, v. 4, n.1, p.202-208, 1996

NERI, M. **Miséria, desigualdade e estabilidade**: o segundo Real. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em: <http://epge.fgv.br/portal/pt/pesquisa/producao/6292.html>. Acesso jun/13

ROUSSEAU, J-J. **Discours sur l'origine de l'inegalité**. Apud NASCIMENTO, M. M. Rousseau: da servidão à liberdade. In WEFORT, F.(Org). *Os clássicos da política*, v. 1. São Paulo: Ática, 1989...

Rousseau, Jean-Jacques. **Discurso sobre A Origem da desigualdade** . Tradução: Maria Lacerda de Moura, Edição Ridendo Castigat Mores,1754. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/desigualdade.html>. Acesso em 05 de junho de 2013.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Iniciação a Sociologia**. SP, atual; 1993